

OFÍCIO CEDAE GAB-DP Nº 938/2017

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2017.

Ao

Exmo. Sr. Luigi Troisi

Conselheiro da AGENERSA

Avenida Treze de Maio, nº 23, Edifício Darke, 23º Andar

Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20031-902

Ref.: Deliberação AGENERSA 3.140/2017 - Processo nº E-12/003.188/2017 - Reajuste Tarifário Ordinário 2017/2018.

Exmo. Sr. Conselheiro-Relator,

Cumprimento-o, respeitosamente, vem a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, por meio do presente, em cumprimento à Deliberação em referência, apresentar as informações e documentações que seguem:

Do Pedido

Conforme estabelecido pelo Decreto Estadual n.º 45.344, de 17 de Agosto de 2015, em 02 de maio de 2017 na forma do artigo 9º a CEDAE submeteu à apreciação da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA - pleito de reajuste ordinário para o período de 1º de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.

O pleito de reajuste tarifário ordinário para o ciclo 2017/2018, em 02 de maio de 2017, foi enviado por meio do Ofício CEDAE GAB-DP n.º 552/2017, onde apresenta “Estudo de Metodologias para Reajustes Anuais e Revisão Tarifária Quinquenal” no qual apresentou o método da fórmula paramétrica.



Av. Pres. Vargas, 2655 - Cidade Nova - Rio de Janeiro - CEP 20210-030
www.cedae.com.br

AGENERSA Protocolo	
ID	3206
Data	12/07/2017
Horário	15:36
Rubrica	

Fernanda da Silva
ID Funcionária 443.1027-7
Assistente - SECEX
AGENERSA

Esta AGENERSA, em sessão regulatória do dia 9 de junho de 2017, decidiu pela DELIBERAÇÃO nº 3140 sobre o pleito apresentado.

Cumprindo o determinado no artigo 1º da DELIBERAÇÃO nº 3140, a CEDAE reapresenta o pleito ordinário de reajuste para o período de agosto de 2017 a julho de 2018 e solicita sua análise e deferimento.

Considerações sobre questões precedentes

O Decreto Estadual n.º 45.344/2015 estipula, em seu artigo 9º, que a tarifa praticada pela CEDAE será reajustada anualmente pelo método do fluxo de caixa descontado, devendo a Companhia apresentar estudo para apreciação da AGENERSA.

Assim foi no período passado, data base agosto/2016 a julho/2017, em que a CEDAE apresentou seu pleito ordinário que foi objeto das Deliberações Nº 2950 de 29/08/2016 e Nº 3028, de 06 de dezembro de 2016, sendo que a CEDAE recorreu desta última e teve seu recurso apreciado em 27/04/2017 pela Deliberação AGENERSA Nº 3106 de 27 de abril de 2017 todas referentes ao Processo Administrativo n.º E-12/003.145/2016. Em seção regulatória extraordinária realizada na AGENERSA em 06 de Dezembro de 2016, o o Conselho Diretor decidiu em sua Deliberação nº 3028/16:

- i) que a CEDAE faz jus ao reajuste no percentual de reajuste integral de 12,7490% (doze inteiros, sete mil, quatrocentos e noventa décimos de milésimos por cento) referente ao período de Agosto/2016 a Julho/2017.
- ii) que a CEDAE, tendo em vista que a ausência do reajuste integral nos meses de Agosto a Dezembro de 2016, parcialmente concedido apenas a partir de Outubro/2016 (9,32%) a diferença refletirá em um reajuste complementar de 7,1261% (sete inteiros, hum mil, duzentos e sessenta e hum décimos de milésimo por cento), na estrutura atualmente vigente, a partir de Janeiro de 2017, nos termos do Adendoao Parecer Técnico AGENERSA/CAPET n.º 115/2016;
- iii) que a Companhia deve empreender urgentemente programa de recuperação de perdas físicas e combate a fraude;
- iv) que a CEDAE deve realizar maior controle dos custos operacionais, visando a economicidade e modicidade tarifária;

- v) que a CEDAE implemente programa de redução e combate a inadimplência, incluindo a cobrança dos atrasados pelos entes públicos e privados;
- vi) que a CEDAE aumente a captação de receitas através da eficiência na prestação de serviço, em prol da universalização dos serviços;
- vii) que a CEDAE envie Relatório Anual de Atividades, contendo discriminadamente todas as atividades físicas e financeiras realizadas pela Companhia. (VOTO, pg 39)

Entretanto, em que pese a fundamentação da CEDAE, nas suas razões finais através do Ofício CEDAE GAB-DP n.º 1416/2016, em 16 de novembro de 2016, onde a CEDAE - com extensa argumentação sobre a glosa das premissas adotadas pela Companhia em seu estudo tarifário -, premissas essas embasadas tanto legamente quanto pelas melhores práticas de mercado conforme registrado no Ofício de razões finais.

Chama a atenção na seção III.2 do referido Voto que, no que se refere às compensações passadas que não foram acatadas pela AGENERSA no reajuste tarifário do ciclo de 2016/2017 que *"(...) cabe ao Ente Regulador informar que tal pedido deve ser objeto de reequilíbrio extraordinário não podendo ser contemplado no presente processo de reajuste."*

Não tendo a argumentação acatada na deliberação 3028/2016, a CEDAE foi forçada a recorrer pelo OFÍCIO CEDAE GAB-DP Nº 1526/2016 de 15 de dezembro de 2016 onde reforçou sua argumentação e fundamentou sustentada no marco legal brasileiro quanto às questões contábeis, que era o assunto em análise.

A AGENERSA novamente não considerou as argumentações legais da CEDAE e na deliberação nº 3106 de 27 de abril de 2017 negou o recurso também para o reajuste ordinário data base agosto/17 a julho 18.

Sendo assim, conforme inclusive orientado pela AGENERSA na apreciação do recurso, a CEDAE apresentou pleito de reajuste extraordinário ainda referente às glosas

do pleito 2016/2017, após a materialização de elementos que foram glosados pela Agência. Assim, a CEDAE - através do Ofício CEDAE GAB-DP n.º 553/2017 -, de 02 de Maio de 2017, embasada pelo Artigo 11 do Decreto Estadual n.º 45.344/2015 apresentou pleito de reajuste extraordinário (processo E12-003.193-2017 Reajuste Extraordinario 2017) com base nos seguintes itens:

- Dividendos Obrigatórios
- Energia Elétrica
- Custo de Pessoal
- Diferença de não Realização do Encontro de Contas
- Diferença de Reajustes dos Exercícios 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016

Ressalta-se que este pleito extraordinário é para recompor a base de custos incorridos já que a tarifa autorizada foi insuficiente para a adequada geração de caixa da CEDAE. Importa ainda esclarecer que deve ser apreciado antes do pleito ordinário 2017/2018 para que este pleito seja aplicado sobre a base de custos da CEDAE ajustada e recomposta.

Importante ressaltar que embora até o presente momento não há deliberação da AGENERSA sobre o reajuste tarifário extraordinário pleiteado pela CEDAE (E12-003.193-2017), a Cia. apresenta o Pleito de Reajuste Tarifário Ordinário para o ciclo de 2017/2018, sem que a base tarifaria para incidência do futuro reajuste tenha sido recomposta.

A lição técnica que nos apresenta o não atendimento do recurso da CEDAE novamente reiterada no pleito extraordinario é que a prudência gerencial determina, conforme fundamentado no recurso com os CPC n.º 08 e CPC n.º 25, a necessidade de se fazer provisionamento sobre despesas prováveis. Como explica em seu parágrafo 14, CPC 33 "165 e 166 (transcritos a frente) o provisionamento de despesas prováveis é sustentado pela lógica de suprir o caixa da empresa para pagamentos compromissados a frente. A decisão aplicada pelo regulador de aguardar a materialização de rubricas contábeis, como por exemplo o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas,

para somente depois aceitar a reposição do custo tem se mostrado de difícil execução, pois acumula indefinidamente valores retroativos e represados a serem repostos pela tarifa a frente, atividade que causa claro desequilíbrio econômico-financeiro a Cia., sabido conceito diverso de reajuste, que, quando não aplicado, causa insuficiência de caixa frente aos compromissos assumidos.

Do Pleito Corrente de Reajuste Ordinário Data Base Agosto/2017 A Julho /2018

No que se refere ao pleito de reajuste tarifário ordinário para o ciclo 2017/2018, em 02 de Maio de 2017, foi enviado por meio do Ofício CEDAE GAB-DP n.º 552/2017 onde é apresentado o “Estudo de Metodologias para Reajustes Anuais e Revisão Tarifária Quinquenal”, no qual apresenta-se o método da fórmula paramétrica, sugerido para a realização dos próximos reajustes tarifários anuais e o qual levou em consideração as rubricas; (i) Pessoal; (ii) Energia Elétrica; (iii) Produtos Químicos; (iv) Serviços de Terceiros; (v) Outras Despesas; e (vi) Investimentos.

Entretanto, em 29 DE JUNHO DE 2017 pela Deliberação 3140 no seu artigo 1º, o Conselho Diretor da AGENERSA determinou a reapresentação dos estudos solicitando que a CEDAE refaça o trabalho a partir do método do fluxo de caixa descontado, e mesmo tendo concedido reajuste parcial de 3,5973%, que representa a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período compreendido entre junho de 2016 a maio de.

Seguindo a determinação, a CEDAE vem por meio deste ofício apresentar o novo estudo “**Estudo Produto 3/2017 – Relatório Intermediário 3 - 2ª Versão**” utilizando o método do fluxo de caixa descontado. O pleito de reajuste ordinário é da ordem de **9,2192%**.

Ainda se faz importante reiterar que o pleito de reajuste extraordinário E-12-003/193/2017 ainda não foi apreciado e que sua análise e deliberação é de fundamental importância e deveria ocorrer com o intuito de recompor a base de custos da Cia. e ter a

eficácia econômica almejada neste pleito ordinário, para 2017/2018, seguindo - portanto - a ordem cronológica dos eventos.

Aspectos a Destacar

Como fundamentação reconhecida pelas melhores práticas e do arcabouço jurídico legal brasileiro, relacionamos os CPC importantes que concernem ao assunto em pauta:

CPC nº 08 – que versa sobre a distribuição dos dividendos:

“(…) o dividendo obrigatório deve ser registrado como uma obrigação na data do encerramento do exercício social a que se referem as demonstrações contábeis”

CPC nº 25, cujo objetivo é

“estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.”

e, em seu parágrafo 10,

“Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei."

E ainda, em seu parágrafo 14:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (**legal ou não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) **seja provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(GRIFO NOSSO)**

CPC nº 33 – que versa sobre obrigações trabalhistas:

"165. A entidade deve reconhecer um passivo e uma despesa com benefícios rescisórios no momento que ocorrer primeiro dentre as seguintes datas: (a) quando a entidade não mais puder cancelar a oferta desses benefícios (...).

166. Para benefícios rescisórios devidos em razão da decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho, o momento em que a entidade

não pode mais cancelar a oferta desses benefícios é a data que ocorrer primeiro dentre as seguintes opções:
quando o empregado aceita a oferta;"

CPC nº 02 – que versa sobre a taxa de desconto:

"55. A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca:

(a) do valor do dinheiro no tempo; e

(b) dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

56. Uma taxa que reflita avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo é o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo de ocorrência e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera que advenham do ativo. Essa taxa é estimada a partir de taxas implícitas em transações correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de companhia aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob revisão. Entretanto, a taxa de desconto (ou taxas) utilizada para mensurar o valor em uso do ativo não deve refletir os riscos para os quais os fluxos de caixa futuros estimados tenham sido ajustados."

Incluimos o cronograma com os investimentos, inclusive os do FECAM que na deliberação AGENERSA Nº 3136 de 20 de junho de 2017 referente ao processo E12/003090/2016 (Esgoto Barra-Jacarepagua), o qual solicitava que o valor das obras ali tratadas fosse adicionado no pleito do reajuste extraordinário. Contudo como o pleito passado (E12/003145/2016) era de reajuste ordinário este item continuará a ser analisado no ambito deste pleito de reajuste ordinario em conjunto com os demais investimentos previstos para o periodo. Desta forma neste processo incluimos o que dispõe a deliberação 3136/17 no seu artigo 4.

Na Resolução Homologatória ANEL nº 2.206 de 14 de março de 2017, foi deliberada a mudança e antecipação da data base da LIGHT para março:

“Art. 3º As tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, do Anexo, estarão em vigor no período de 15 de março de 2017 a 14 de março de 2018, ...”

Para pessoal foi considerado na data base o reajuste pelo INPC projetado e pagamento de gratificação fixa.

Em relação à taxa de custo de capital, a o estudo da FGV utilizou a metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) como taxa de desconto do fluxo de caixa apresentado pela CEDAE em virtude do montante dos investimentos da Companhia ser composto, majoritariamente, de recursos próprios.

Importante ainda ressaltar que não se enquadra nas melhores práticas utilizar a TIR média de outras empresas como referência para a taxa de desconto empregada em um fluxo de caixa, dado que cada empresa possui características específicas – como grau de endividamento, níveis de inadimplência e atuação em mercados diversos -, o que inviabiliza a utilização de uma taxa média. Ademais, não se deve confundir a taxa de retorno do negócio em si (TIR) com a taxa de custo de capital utilizado pelas mesmas (CAPM), conceitos que por definição são diversos.

Assim, o Estudo anexo realizado pela FGV calcula a taxa de desconto com a metodologia mais adequada e ajustada a realidade da CEDAE, evidenciando a memória de cálculo da mesma.

Ainda buscando integrar as melhores práticas, a CEDAE apresenta ainda sobre a questão da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e encontra embasamento no CPC 02, itens 55 e 56, destacados abaixo:

“55. A taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca:

(a) do valor do dinheiro no tempo; e

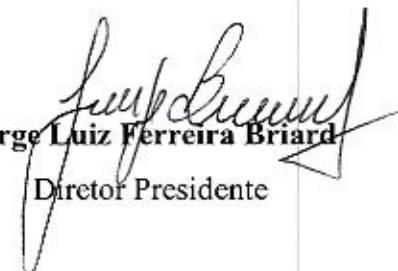
(b) dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

56. Uma taxa que reflita avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo é o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo de ocorrência e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera que advenham do ativo. Essa taxa é estimada a partir de taxas implícitas em transações correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de companhia aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob revisão. Entretanto, a taxa de desconto (ou taxas) utilizada para mensurar o valor em uso do ativo não deve refletir os riscos para os quais os fluxos de caixa futuros estimados tenham sido ajustados.”

No estudo da FGV ora apresentado discorreremos com mais profundidade sobre o tema.

Apenas como exercício, apresentamos na planilha de cálculo anexa a possibilidade de analisar o impacto no percentual de reajuste do objeto do E12-003.193-2017 Reajuste Extraordinário 2017 que reiteramos deve ser apreciado em conjunto com este reajuste ordinário 2017/2018.

Nestes termos e com fundamento no “**Estudo Produto 3/2017 – Relatório Intermediário 3 - 2ª Versão**” - elaborado pela FGV e em anexo, submete-se à AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, o pleito de reajuste de tarifas de 9,2192% a vigor de 1º de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018.



Jorge Luiz Ferreira Briard
Diretor Presidente

ANEXO: Nota Técnica 03 da FGV, em cópia física e digital.